



EDUCAÇÃO INCLUSIVA E IDENTIDADE EM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Clarice Alves dos Santos¹

RESUMO

A Educação Inclusiva é um tema de extrema relevância no contexto educacional contemporâneo. Ela busca garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sociais ou emocionais, tenham acesso a uma educação de qualidade em um ambiente que respeite e valorize a diversidade. Nesse sentido, a inclusão de alunos com deficiência auditiva representa um desafio importante para as instituições de ensino, uma vez que exige a implementação de práticas pedagógicas específicas e o desenvolvimento de estratégias de apoio adequadas. Frente a isso, este estudo tem a meta de analisar a identidade de estudantes com deficiência auditiva incluídos na Educação Básica. Para isso, recorre a estudos bibliográficos e descritivos diversos, compondo uma pesquisa qualitativa. Os resultados revelaram que a Educação Inclusiva e a promoção da identidade dos alunos com deficiência auditiva são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa com a diversidade humana. É preciso reconhecer que a inclusão não se limita apenas ao acesso físico aos espaços educacionais, mas envolve a promoção do respeito, da valorização e da participação de todos os estudantes, independentemente de suas diferenças. Assim, a Educação Inclusiva se apresenta como um caminho promissor para o desenvolvimento de uma educação mais humana, democrática e transformadora.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Identidade; Deficiência Auditiva.

ABSTRACT

Inclusive Education is a topic of extreme relevance in the contemporary educational context. It seeks to ensure that all students, regardless of their physical, cognitive, social, or emotional conditions, have access to quality education in an environment that respects and values diversity. In this sense, the inclusion of students with hearing impairment represents an important challenge for educational institutions, since it requires the implementation of specific pedagogical practices and the development of appropriate support strategies. In view of this, this study aims to analyze the identity of students with hearing impairment included in Basic Education. To this end, it resorts to various bibliographic and descriptive studies, composing a qualitative research. The results revealed that Inclusive Education and the promotion of the identity of students with hearing impairment are fundamental for the construction of a fairer, more egalitarian and respectful society with human diversity. It is necessary to recognize that inclusion is not limited only to physical access to educational spaces, but involves the promotion of respect, appreciation, and participation of all students, regardless of their differences. Thus, Inclusive Education presents itself as a promising path for the development of a more humane, democratic and transformative education.

Keywords: Inclusive Education; Identity; Hearing impairment.

¹ Possui mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Interamericana – PY; Graduação em Pedagogia pelo Instituto Educacional do Espírito Santo(2007) e especialização em Especialização em Língua Brasileira de Sinais pelo Instituto Educacional do Espírito Santo(2007). Atualmente é professor do Instituto Ensinar Brasil, PROFESSOR INTÉRPRETE DE LIBRAS da UMEF Professora Nice de Paula Agostini Sobrinho, PROFESSOR BILÍNGUE da UMEI PEDRO CAVALIERI e Horista da Faculdade Brasileira.



INTRODUÇÃO

Os alunos com deficiência auditiva, muitas vezes, enfrentam obstáculos significativos em seu processo de aprendizagem. A dificuldade em acessar as informações transmitidas oralmente, a comunicação limitada e as barreiras de interação social podem impactar negativamente o desenvolvimento acadêmico e emocional desses estudantes. Nesse contexto, a Educação Inclusiva desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades e na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Um dos aspectos essenciais da Educação Inclusiva é o reconhecimento e valorização da identidade dos alunos com deficiência auditiva. Cada indivíduo possui experiências, necessidades e potencialidades únicas que devem ser consideradas no planejamento e desenvolvimento das práticas pedagógicas. É fundamental que os educadores estejam preparados para compreender as especificidades de cada aluno e oferecer o suporte necessário para que eles possam alcançar seu pleno desenvolvimento educacional e pessoal.

Nesse sentido, a formação de professores é um elemento-chave para o sucesso da Educação Inclusiva. Os educadores precisam estar capacitados não apenas tecnicamente para lidar com as demandas dos alunos com deficiência auditiva, mas também sensibilizados em relação às questões de inclusão, diversidade e respeito à diferença. A formação contínua e a troca de experiências entre os profissionais da área são fundamentais para a construção de práticas pedagógicas eficazes e inclusivas.

Além disso, a colaboração entre escola, família e comunidade é essencial para garantir o pleno desenvolvimento dos alunos com deficiência auditiva. O envolvimento dos pais e responsáveis no processo educacional, a promoção de uma cultura inclusiva no ambiente escolar e o acesso a recursos e tecnologias assistivas são aspectos que contribuem significativamente para a construção de uma educação mais equitativa e eficaz. Diante disso, este estudo tem a meta de analisar a identidade de estudantes com deficiência auditiva incluídos na Educação Básica.



SURDEZ

Surdez é um conceito bastante heterogêneo, porque ser surdo pode ser o resultado de vários e diversos fatores. Classificações podem ser feitas com base nas causas etiológicas ou no nível de perda auditiva, incluindo a possibilidade de adquirir a linguagem oral por meio da audição e/ou visão. Além disso, temos que levar em conta se o surdo nasceu surdo ou se tornou surdo em um estágio posterior e se ele ou ela tem habilidades orais ou de linguagem de sinais. A identificação com a comunidade surda como uma família ou como um "lugar" de pertencimento também é um aspecto importante.

Ainda, a combinação de perda auditiva e outras deficiências como surdocegueira, as características socioculturais do ambiente próximo da pessoa surda (a presença de outras pessoas surdas na família e na escola), a detecção e intervenção precoces e o tipo de educação recebida/oferecida mostram que o conceito de surdez é heterogêneo.

Este aumento na assistência à saúde dos deficientes auditivos pode ser evidenciado pelo crescente número de cirurgias, principalmente de implantes cocleares, nos últimos 10 anos. Se uma pessoa sofre de surdez bilateral profunda de origem neural-sensorial e seu nervo auditivo ainda está intacto, um dispositivo coclear pode ser implantado cirurgicamente.

Para Jenks (2019), a crescente demanda por essa intervenção médica vem especialmente de pais ouvintes com crianças surdas que ficaram surdas em tenra idade devido a uma infecção, acidente ou outra causa e, portanto, já tinham algumas experiências linguísticas orais. No entanto, a comunidade surda tem dúvidas sobre sua eficácia, pois a operação não resolve completamente o problema auditivo; ela requer treinamento auditivo e de fala adicional sem garantia de sucesso total.

Além disso, a comunidade surda é contra qualquer intervenção médica e cirúrgica que vise modificar o que considera uma característica distintiva natural dos surdos. Por outro lado, os grandes avanços tecnológicos dos últimos anos tornaram os aparelhos auditivos (dispositivos usados para amplificar o som) menores e de melhor qualidade, como os audifones digitais, usados para selecionar as frequências sonoras da voz humana para torná-la mais inteligível para pessoas com deficiência auditiva. No entanto, também há casos em que isso não é



recomendado. Infecções ou malformações do ouvido, ou uma perda auditiva profunda, tornarão esses aparelhos auditivos inúteis. A comunidade surda também se opõe a esses aparelhos auditivos, pois os surdos têm sua própria língua e identidade cultural.

IDENTIDADE CULTURAL: COMUNICAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Tendo presente o que foi referido na introdução sobre os múltiplos fatores que condicionam a situação de cada pessoa surda, não parece adequado utilizar a dicotomia surdos versus ouvintes. Se considerarmos que os surdos constituem um grupo homogêneo em oposição aos ouvintes, simplificamos a realidade.

No entanto, para esclarecer a questão da identidade cultural, na visão de Hutchinson et al. (2018), é comum falar em surdos versus ouvintes e em cultura surda versus cultura ouvinte. Seguiremos quem distingue três tipos de identidade.

Primeiramente, mencionam pessoas surdas com forte identidade surda, que se definem como pertencentes à comunidade surda, utilizando apenas ou preferencialmente a língua de sinais. Frequentemente nascem surdos em famílias surdas ou ouvintes e estabeleceram ligações com associações de surdos ou outros movimentos de surdos. Eles se consideram uma minoria linguística. Embora coloquem grande ênfase na ideia de uma cultura surda, recusam-se a ser rotulados como deficientes auditivos no que diz respeito às suas limitações auditivas. No entanto, reivindicam os mesmos direitos e apoios concedidos às pessoas com deficiência registadas com certificado da administração pública.

Em segundo lugar, algumas pessoas surdas não se consideram culturalmente diferentes das pessoas ouvintes. Eles se consideram pessoas “normais” com deficiência auditiva. A maioria deles ficou surda devido a uma infecção ou acidente; ou a perda auditiva não é muito significativa. Também alguns surdos que nasceram surdos em famílias ouvintes e sujeitos ao ensino da língua oral, possuindo assim algumas competências de linguagem oral e proficiência de leitura labial através das quais são capazes de comunicar com pessoas ouvintes, consideram-se não culturalmente diferentes. Preferem ser considerados iguais



aos ouvintes e acreditam que as suas limitações podem ser ultrapassadas através do desenvolvimento de estratégias pessoais (forte motivação e esforço acrescido) e/ou através da utilização de meios tecnológicos, como audifones, amplificadores de voz no telefone e recursos visuais. indicadores de som. Alguns até recusam qualquer apoio da administração pública e não gostam de ser registados como deficientes com certificado.

Terceiro, alguns surdos se encontrarão entre esses dois tipos de identidade. Eles compartilham elementos de ambos os grupos; eles reconhecem que sua deficiência auditiva limita seu desempenho em tarefas diárias e se comunicam tanto em linguagem oral quanto em linguagem de sinais. Embora suas amizades e suas atividades de lazer ocorram no contexto de pessoas ouvintes, eles podem participar de associações de surdos e da comunidade surda maior de tempos em tempos.

Queremos indicar que a questão das diferentes interpretações da surdez e dos tipos de identidade, que indicamos, não é uma questão que afeta apenas o grupo de pessoas surdas, mas também faz parte de um processo geral conceitual, científico, social e político questões que vêm ocorrendo no campo da deficiência. Neste campo surgiram diferentes modelos interpretativos e de ação prática: o modelo médico (deficiência), o social (deficiência) e um novo modelo emergente: o modelo da diversidade funcional. Nestas últimas perspectivas, as pessoas com deficiência ou diversidade funcional imploram para serem consideradas cidadãos com plenos direitos e maior participação na vida comunitária.

Olhando para trás, poderíamos dizer que o primeiro grupo de pessoas surdas com uma forte autoimagem cultural e identidade surda é aquele a partir do qual nascem iniciativas para criar associações de surdos que representam a comunidade surda.

No Brasil, as associações de pessoas com deficiência têm uma longa tradição, embora a parte do ativismo social e político não tenha tido a força como em outros países. Por iniciativa de pessoas com deficiência e suas respectivas famílias, organizações foram criadas visando a melhoria das condições de vida de seus membros. No entanto, organizações para surdos não são criadas em nível nacional, embora as diferentes organizações autônomas locais, provinciais e regionais de surdos tenham a possibilidade de unir forças em federações e confederações. Mas, em qualquer caso, a questão da identidade e, portanto, a



autoimagem de pessoas surdas marca a maioria das organizações de surdos de duas maneiras diferentes: como representantes dos surdos como uma minoria linguística e cultural e como uma organização de pessoas com deficiência.

Para Jenks (2019), esta bipolaridade caracteriza não só as federações e confederações, mas também as provinciais. Ser membro de uma destas associações depende principalmente da identidade predominante do surdo, das suas aspirações pessoais e dos serviços prestados. As associações são valorizadas positivamente pelas pessoas surdas, pois proporcionam-lhes um local de encontro e partilha de experiências e onde podem obter respostas às suas necessidades.

As associações facilitam um serviço de informação e ajudam os membros surdos de muitas maneiras diferentes, tais como representá-los em cargos públicos para pessoas com deficiência para obter bolsas de estudo, apoio económico para aparelhos auditivos, ajustes em casa, um emprego e intérpretes de LIBRAS.

Os idosos com surdez profunda, que comunicam em LIBRAS e que consideram os outros surdos como amigos e parceiros comuns, são os que habitualmente mantêm contacto mais próximo com algumas das associações. Também os pais de crianças surdas, que procuram ajuda e respostas, também são participantes muito ativos nas associações.

O governo e outras partes interessadas, como organizações de surdos, consideram a educação de surdos muito importante no desenvolvimento de crianças surdas. O discurso sobre educação de surdos reflete também as diferentes visões que foram mantidas durante os últimos séculos. Abaixo, daremos uma breve história da educação de surdos no Brasil.

IDENTIDADE E SURDEZ

O conceito de identidade teve uma tradição que o ligou à personalidade. Em particular, Erikson (1968) associou o conceito de identidade ao processo de desenvolvimento da personalidade, onde a busca de identidade e a evitação de sua difusão constituem um conflito a ser resolvido na adolescência. A resolução adequada desse conflito permitirá que a pessoa experimente um certo senso de continuidade de si mesma e de sua existência, bem como consistência de carácter



que, por sua vez, repercutirá em sua adaptação social e na forma como assume papéis sociais.

No conceito de identidade, os aspectos sociais relacionados à sua configuração têm sido enfatizados. Na perspectiva de Tajfel (1981), o conceito de identidade social refere-se ao conhecimento que um indivíduo tem de si mesmo, de seu pertencimento a um grupo social e da valorização que faz do pertencimento a esse grupo. Os grupos e categorias sociais dos quais se faz parte contribuem decisivamente para a configuração da identidade. Conseqüentemente, é possível que as pessoas tenham diferentes identidades sociais que são construídas a partir de um sentimento de inclusão ou exclusão de um ou mais grupos, onde alguns aspectos que se assemelham ou distanciam o indivíduo de um grupo são os que finalmente determinam a identidade do grupo.

Turner et al. (1987) postularam a teoria da autocategorização de si, segundo a qual, quando pertencer a um determinado grupo social implica que as semelhanças que seus membros possuem são preponderantes ou salientes para a definição do sujeito, a identidade social desse sujeito corresponderá a uma percepção estereotipada do grupo, ou seja, sua identidade é despersonalizada e prevalece a categoria social do grupo. Ao contrário, quando prevalecem as características idiossincráticas do indivíduo e sua diferenciação em relação aos demais seres, ocorre um processo de personalização e, portanto, está ligado a um processo de identidade pessoal, e não à identidade social.

No entanto, como menciona Hogg (2015), quando um indivíduo é categorizado como membro de um grupo, a percepção é despersonalizada e torna-se dependente do contexto, ou seja, os aspectos identitários associados ao grupo ao qual pertence são privilegiados. Esse processo sociocognitivo, denominado prototipicidade, também é aplicado no nível individual, de modo que a pessoa que se identifica com seu grupo, ou seja, com os atributos prototípicos que a definem e a diferenciam dos outros (comportamentos e sentimentos), sua própria identidade está mais alinhada com o protótipo do grupo.

Na última década, Swann et al. (2012) propuseram a teoria da fusão identitária que explicaria que os vínculos porosos entre identidade pessoal e social são o que motivam as pessoas a canalizarem sua agência pessoal em favor do comportamento grupal. Nessa ordem de ideias, quando a identidade social é saliente, a identidade pessoal não se dilui, mas permanece ativa no contexto do



grupo e se combina com a identidade social, gerando um sentimento visceral de união com o grupo, disposição ao sacrifício grupal e até comportamentos extremistas de identidade e proteção do grupo (GÓMEZ et al., 2019).

O sentimento de incerteza em relação à identidade pessoal também tem sido descrito como um fator motivacional para a identificação com o grupo, na medida em que a categorização social e a autocategorização do self fornecem uma identidade social validada que descreve o sujeito e prescreve seu comportamento, de modo que as pessoas tendem a reduzir a incerteza sobre si mesmas. suas vidas e seu futuro quando conseguem fortalecer sua identidade social (HOGG, 2015).

Algumas pesquisas sugerem que a incerteza da identidade social tem dois componentes. A primeira diz respeito ao sentimento de insegurança sobre as normas, valores e atributos associados ao protótipo do grupo e é denominada incerteza identitária. O segundo componente é a incerteza sobre o pertencimento, que ocorre quando as pessoas se sentem inseguras sobre suas relações com outros membros do grupo e sobre o reconhecimento como membros do grupo, no primeiro caso, o apego ao grupo e, portanto, a identidade com esse grupo pode ser ameaçada, no segundo, o apego a outros membros do grupo e, portanto, ao seu pertencimento seria mais afetado (WAGONER et al., 2017).

As pesquisas a partir da teoria da identidade social têm sido prolíficas, com um volume variado de tópicos sendo investigados. Em particular, o construto tem sido útil para estudar populações em risco de exclusão social, seja devido à violência grupal e política (BESTA et al., 2015), classe social e pobreza (EASTERBROOK; HADDEN, 2021), raça ou etnia (OLIVEIRA, 2018), migração (FROEHLICH et al., 2020) e, claro, deficiência.

Jenks (2019) afirma que a palavra deficiência é frequentemente usada em referência a uma categoria social atribuída a pessoas que são consideradas não possuidoras de traços desejáveis e que, portanto, é um traço social que não se quer possuir e domina a maneira como as pessoas pensam sobre isso.

A literatura enfatiza as implicações desfavoráveis sobre a identidade baseada na discriminação, tragédia pessoal e estigma na sociedade. Por essa razão, a partir do modelo social, a deficiência é definida como uma construção social, cujas limitações não são atribuídas exclusivamente ao indivíduo, mas ao ambiente que a assume como falta e impõe uma identidade social negativa que



acaba discriminando e marginalizando os indivíduos, razão pela qual esse modelo reivindica mudança social (DALMEDA; CHHABRA, 2019).

Em uma proposta de integração do arcabouço teórico da identidade social com o modelo social, Hutchinson et al. (2018) constataram que adultos que adquirem deficiências de origem neurológica de fato vivenciam uma mudança de identidade, mas ela é negociada pela criação de um novo senso de si, onde também adotam diferentes estratégias para neutralizar os aspectos negativos da identidade socialmente construída. promover a inclusão social e aceitar a identidade como pessoas com essa condição.

Read et al. (2015) relataram que a identidade das pessoas com paralisia cerebral se configurava a partir de sua identidade pessoal como indivíduo único e da identidade social que implicava estigmatização como pessoas com deficiência. No entanto, também relataram que, para receber o apoio necessário, precisam divulgar sua identidade social semelhante à de outras pessoas com deficiência, uma vez que enfatizar a individualidade e a diferença do estereótipo esteve associado à preocupação com o grau em que seu cuidador poderia questionar sua adequação para apoio.

Na mesma linha, Zolkowska e Kaliszewska (2014) argumentam que o sistema de apoio existente para as pessoas com deficiência intelectual legitima os significados negativos em torno dessas pessoas e, portanto, tem impacto em sua identidade social, o que se configura como uma desvantagem, especialmente quando enfatizam aspectos funcionais e a incapacidade da pessoa de responder aos padrões de desempenho intelectual e separá-la da vida social. Consequentemente, a construção da identidade social positiva deve incluir também os serviços de reabilitação e apoio responsáveis pelo atendimento a essas populações.

Em relação à identidade das pessoas surdas, Carter (2015) relatou que a gravidade da perda auditiva, a idade em que uma pessoa adquiriu a deficiência e o método de comunicação influenciam na centralidade da identidade das pessoas surdas, ou seja, pessoas com início precoce da deficiência, com maior tempo de tal deficiência. com maior comprometimento auditivo e que utilizam a língua de sinais, tendem a dar maior importância à identidade como surdos, maior autoestima e maior tendência a participar de atividades comunitárias. A relação entre identidade em surdos e autoestima foi corroborada em estudo



posterior, que constatou que a capacidade do indivíduo de verificar o significado de si mesmo (i.e., verificar se os outros seres os percebem de forma semelhante à forma como se percebe) em situações sociais e nível educacional são preditores significativos da autoestima (CARTER; MIRELES, 2016).

Em resumo, a pesquisa mostrou que as pessoas com deficiência devem lutar contra a identidade social estigmatizante (HUTCHINSON et al., 2018). Para neutralizar os efeitos da identidade social negativa associada a essa condição, algumas pesquisas relataram que medidas e apoios sociais têm demonstrado desempenhar um papel na construção favorável da identidade social de pessoas com deficiência e na desconstrução da categoria social estigmatizante (JENKS, 2019; ZOLKOWSKA; KALISZEWSKA, 2014).

A educação acaba sendo um fator muito importante na construção de uma identidade social positiva, uma vez que participar de uma escola regular significa enfrentar desafios em relação à capacidade e ao pertencimento grupal com e sem pessoas com deficiência (ALMENDROS; RUIZ-ROMÁN, 2016) e que as intervenções escolares podem ter um potencial importante para reduzir as barreiras à igualdade social (EASTERBROOK; HADDEN, 2021).

Tendo em conta que a educação das pessoas com deficiência já é uma política assumida internacionalmente (RODRÍGUEZ; VALENCIA, 2018), no âmbito da educação inclusiva foi definida como um processo educativo que responde à diversidade de forma relevante, num ambiente comum de aprendizagem, sem discriminação e no âmbito dos direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, fica evidente a importância crucial da Educação Inclusiva e da valorização da identidade dos alunos com deficiência auditiva no contexto educacional contemporâneo. É imprescindível reconhecer que a inclusão vai muito além do acesso físico nas instituições de ensino, envolvendo também o respeito, a valorização e a participação de todos os estudantes, independentemente de suas particularidades.

Através da implementação de práticas pedagógicas específicas e estratégias de apoio adequadas, a inclusão desses alunos apresenta-se como um desafio fundamental para as escolas.



Os resultados obtidos neste estudo demonstram que a Educação Inclusiva é um pilar essencial na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa com a diversidade humana, apontando para um futuro promissor na construção de uma educação mais humanizada, democrática e transformadora para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BESTA, T., SZULC, M.; JAŚKIEWICZ, M. Political extremism, group membership and personality traits: Who accepts violence? **International Journal of Social Psychology**, 30(3), 563-585, 2015.

<https://doi.org/10.1080/02134748.2015.1065085>

CARTER, M. J.; MIRELES, D. C. Exploring the relationship between deaf identity verification processes and self-esteem. **Identity**, 16(2), 102-114, 2016.

<https://doi.org/10.1080/15283488.2016.1159963>

CARTER, M. J. Deaf identity centrality: Measurement, influences and outcomes. **Identity**, 15(2), 146-172, 2015. <https://doi.org/10.1080/15283488.2015.1023442>

DALMEDA, M. E.; CHHABRA, G. Modelos teóricos de discapacidad: Un seguimiento del desarrollo histórico del concepto de discapacidad en las últimas cinco décadas. **Revista Española de Discapacidad**, 7(1), 7-27, 2019.

EASTERBROOK, M. J.; HADDEN, I. R. Tackling educational inequalities with social psychology: Identities, contexts, and interventions. **Social Issues and Policy Review**, 15(1), 180-236, 2021. <https://doi.org/10.1111/sipr.12070>

ERIKSON, E. H. **Identity: Youth and crisis**. W. W. Norton. 1968.

FROEHLICH, L., MARTINY, S. E.; DEAUX, K. A longitudinal investigation of the ethnic and national identities of children with migration background in Germany. **Social Psychology**, 51(2), 91-105, 2020.



GÓMEZ, A., VÁZQUEZ, A., LÓPEZ-RODRÍGUEZ, L., TALAIFARC, S., MARTÍNEZ, M., BUHRMESTERD, M. D.; SWANN JR., W. B. Why people abandon groups: Degrading relational vs collective ties uniquely impacts identity fusion and identification. **Journal of Experimental Social Psychology**, 85, Artículo 103853. 2019,

HOGG, M. A. To belong or not to belong: Some self-conceptual and behavioural consequences of identity uncertainty. *Revista de Psicología Social*, 30(3), 586-613, 2015.

HUTCHINSON, K., ROBERTS, C.; DALY, M. Identity, impairment and disablement: exploring the social processes impacting identity change in adults living with acquired neurological impairments. **Disability & Society**, 33(2), 175-196 2018.

JENKS, A. Crip theory and the disabled identity: Why disability politics needs impairment. **Disability & Society**, 34(3), 449-469, 2019.

OLIVEIRA, V. F. de. O racismo como uma “identidade social virtual”. **Revista. Sem Aspas**, Araraquara, 7(2), 283-291, 2018.

READ, S. A., MORTON, T. A.; RYAN, M. K. Negotiating identity: A qualitative analysis of stigma and support seeking for individuals with cerebral palsy. **Disability and Rehabilitation**, 37(13), 1162-1169, 2015.

SWANN, W. B., JR., JETTEN, J., GÓMEZ, Á., WHITEHOUSE, H.; BASTIAN, B. When group membership gets personal: A theory of identity fusion. **Psychological Review**, 119(3), 441- 456, 2012.

TAJFEL, H. **Human groups & social categories**. Studies in social psychology. Cambridge University Press. 1981.



TURNER, J. C., HOGG, M. A., OAKES, P. J., REICHER, S. D.; WETHERELL, M. S. **Rediscovering the social group: A self-categorization theory.** Basil Blackwell. 1987.

WAGONER, J. A., BELAVADI, S.; JUNG, J. Social identity uncertainty: Conceptualization, measurement and construct validity. **Self and Identity**, 16(5), 505-530, 2017. <https://doi.org/10.1080/15298868.2016.1275762>

ZOLKOWSKA, T.; KALISZEWSKA, K. The social construction of social identity of people with intellectual disability. **International Journal of Developmental Disabilities**, 60(1), 3-12, 2014. <https://doi.org/10.1179/2047387712Y.0000000009>